



Impresso Especial
9912193583/2007 - DR/MS
ÍRIS COMUNICAÇÃO
CORREIOS

Informativo

Mandato Participativo



Pedro Kemp

www.pedrokemp.com.br

nº 12 - 2009



Deputado aciona Ministério Público contra aumento nas tarifas de ônibus

Pedro Kemp apoia manifestação em defesa da Educação e do Piso Salarial Profissional do Magistério.

Página 4

Deputado propõe Licença- Maternidade de seis meses para mães servidoras públicas estaduais.

Página 5

Mandato cobra melhorias na Saúde Pública e prossegue na luta pela vacina gratuita contra a meningite.

Página 7



POVOS INDÍGENAS

Mandato propõe à UFMS curso superior em licenciatura para povos indígenas do Pantanal

A UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) estuda criar um curso superior de licenciatura para os povos indígenas do Pantanal. A medida pode atender cerca de 30 mil pessoas das etnias da região Noroeste do Estado: Terena, Kadiwéu, Guató, Kinikinao, Ofaié e Atikum.

A proposta teve início em reunião entre a reitora da UFMS, Célia Maria da Silva Oliveira, e o deputado Pedro Kemp (PT), em março deste ano, e agora começa a ganhar força em debates junto ao governo federal. Em Mato Grosso do Sul, a UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados) desen-

volve proposta semelhante com a população Kaiowá Guarani.

Kemp justifica que a discussão para a criação do curso superior de licenciatura para os povos indígenas vem sendo construída há mais de cinco anos por professores índios da região do Pantanal.

“A educação escolar indígena diferenciada é um direito de todos os povos indígenas resguardado na legislação brasileira. A coordenação das ações escolares indígenas está sob responsabilidade do Ministério da Educação e sua execução consiste em uma responsabilidade dos Estados e dos Municípios”, enfatizou.



Índios terena estão entre os beneficiados pela proposta

União deve indenizar produtores para garantir demarcações

A União deverá indenizar os proprietários de terras de Mato Grosso do Sul que tiverem suas áreas consideradas como terras indígenas de acordo com estudos antropológicos. A definição ocorreu no final de junho, durante reunião em Brasília com a presença de representantes do Ministério da Justiça, Casa Civil, FUNAI (Fundação Nacional do Índio), Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e ACRISUL (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul).

De acordo com o deputado Pedro Kemp (PT), membro da Comissão de Desenvolvimento Agrário e Assuntos Indígenas da Assembleia Legislativa, os estudos antropológicos em áreas na região Sul do Estado devem ser retomados em agosto, com a participação

da Polícia Federal. Paralelamente ao trabalho da FUNAI, o Ministério da Justiça fará estudos jurídicos a fim de garantir legalmente a indenização da terra nua aos proprietários detentores de títulos. “Nós estamos diante de um momento histórico para Mato Grosso do Sul. Com

a possibilidade de indenização, abrimos um caminho para a negociação pacífica sobre a questão das demarcações”, disse Kemp.

O parlamentar explicou que em Mato Grosso do Sul houve um processo histórico que resultou na alienação das áreas tradicional-

mente ocupadas pela população indígena. Atualmente, a etnia que mais sofre com a não demarcação de terras é o povo Guarani Kaiowá, que está confinado em pequenas áreas no Sul do Estado.

Em decorrência da falta de espaço, os Guarani são vítimas de problemas como desnutrição, violência, uso do álcool e suicídio. Os confrontos pela retomada das Tekohás (terras indígenas) também já fizeram muitas vítimas, a maior parte delas índios.

Kemp acredita que a negociação pacífica e a indenização dos proprietários são os caminhos mais acertados, pois atenderiam os dois lados sem cometer injustiças. “Esse é o primeiro passo para resolver de uma vez por todas os conflitos entre indígenas e fazendeiros”, resumiu.



Deputado Pedro Kemp se reuniu com famílias Guarani Kaiowá da aldeia Taquara, em Juti

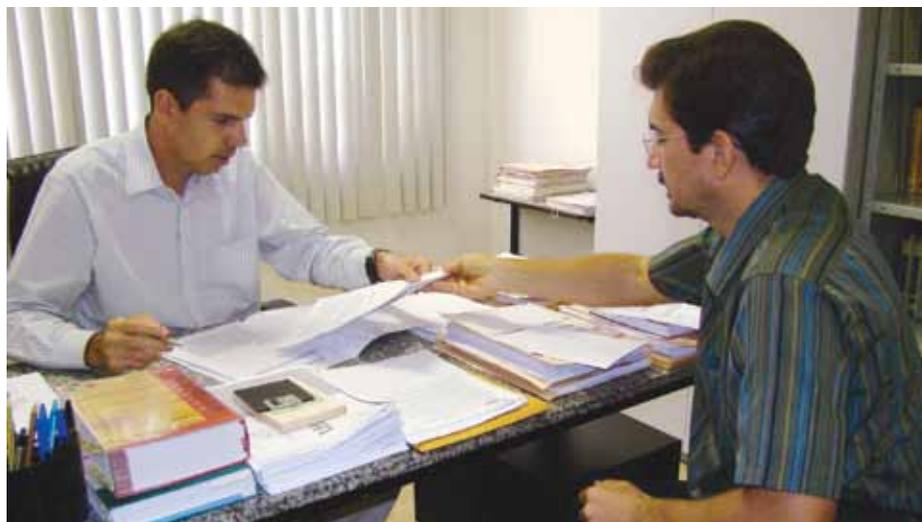
VALE-TRANSPORTE

Pedro Kemp aciona MPE contra aumento nas passagens do transporte público

Em 1º de março deste ano, a prefeitura municipal de Campo Grande reajustou em 8,6% o preço da passagem de ônibus na cidade. A decisão foi um golpe duro nas contas do trabalhador, que foi obrigado a pagar R\$ 2,50 pela tarifa, a mais alta entre as capitais brasileiras. Os usuários que utilizavam o cartão eletrônico, ao custo de R\$ 2,10, passaram a desembolsar, com o aumento, R\$ 2,30. Assim, em média, um trabalhador que utiliza a tarifa 24 dias por mês compromete hoje cerca de 24% do salário mínimo, ou seja, R\$ 110,00.

A decisão revoltou a população, empresários e comerciantes, que tiveram que apertar ainda mais o cinto diante da crise econômica. Os cálculos e o procedimento utilizados para a alteração na tarifa geraram dúvidas, já que o Conselho composto por representantes da sociedade civil não se manifestou sobre o aumento, conforme previsto em lei municipal.

Diante de desencontros e de um processo atropelado de reajuste do transporte público, o deputado Pedro Kemp questionou o



Deputado entrou com representação no MPE solicitando providências

aumento junto ao MPE (Ministério Público Estadual). A medida garantiu a abertura de uma investigação por parte do órgão.

A promotora de justiça Regina Dornte Broch tenta firmar acordo com a Prefeitura e empresários do setor para reduzir o valor do transporte público da Capital. Outro caminho possível é o ingresso na Justiça com uma ação contra o reajuste abusivo.

Na representação, Kemp classifica como “obscuro” o processo que resultou no decreto de reajuste do transporte coletivo de Cam-

po Grande, uma vez que não houve discussão ampla e pública sobre a proposta de aumento. O deputado também cobra a criação de um fundo para subsidiar o transporte público em Campo Grande.

A partir do inquérito instaurado pelo Ministério Público foram identificadas inúmeras irregularidades praticadas pela prefeitura.

Dentre elas, a prorrogação de contratos com as empresas do transporte público sem licitação e com cobrança de outorga onerosa no valor de R\$ 10 milhões. “Isso é uma incoerência, porque se está

sendo prorrogada a concessão para que as empresas sejam ressarcidas por investimentos já realizados, então como o município cobra mais R\$ 10 milhões em outorga onerosa? Esse custo vai acabar recaindo sobre o trabalhador”, explicou Kemp.

Com relação às gratuidades, a irregularidade constatada é que a prefeitura não subsidia os benefícios concedidos e o custo é repassado aos usuários que pagam pelo transporte. De acordo com a legislação, o município pode conceder isenções de tarifa desde que destine recursos para custear as gratuidades.

Outra praxe praticada pelo município é o “arredondamento” da tarifa. Em pelo menos duas ocasiões o procedimento foi adotado pelas empresas e o poder público. Em 2006, a análise da planilha apontou uma tarifa de R\$ 2,24. No entanto, o preço cobrado naquele ano foi de R\$ 2,30. Agora, em 2009, novamente foi adotada essa prática. O cálculo apontava o valor de R\$ 2,47, mas o preço final chegou a R\$ 2,50.

Para usuários, preço é abusivo e serviço é de baixa qualidade



“Pelo tamanho de Campo Grande, o preço que pagamos é muito alto. Às vezes utilizo o transporte por dez ou quinze minutos apenas”.

Valdete Gomes da Silva
 Dona de casa



“Para quem usa diariamente é extremamente oneroso. Pesa no bolso. Nos horários de pico há poucos ônibus disponíveis, sem falar na situação dos terminais”.

Willian Silva Martins
 Estagiário no MPE

CIDADANIA

Defensoria implanta atendimento prioritário a idosos e doentes graves

Idosos, gestantes, pessoas com deficiência ou grave doença e mães, acompanhadas de crianças de colo, passaram a ter atendimento prioritário na Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul. A iniciativa, colocada em prática em maio, nasceu na Assembleia Legislativa com um projeto de lei do deputado Pedro Kemp, que propôs que essa população tivesse um serviço diferenciado e célere em busca de uma resposta do Estado às suas necessidades. Sugestão que o Conselho Superior da Defensoria Pública decidiu, por unanimidade, acatar e inserir no dia a dia do órgão.

Após aprovação da medida pelo conselho, no mês passado, a Defensora Pública Geral do Estado, Edna Regina Batista Nunes da Cunha, determinou que os demais defensores divulgassem a mudança às entidades que trabalham diretamente com a população

“A iniciativa nasceu na Assembleia Legislativa com um projeto de lei do deputado Pedro Kemp”

beneficiada. “É necessária ainda a fixação, em local de fácil visualização ao público, de informação acerca das pessoas que gozam das prioridades aqui tratadas”, enfatizou em documento encaminhado aos defensores públicos.

O deputado Pedro Kemp, por entender que sua proposta já havia sido contemplada com a decisão da Defensoria, retirou o projeto de lei de tramitação na Assembleia Legislativa. “A Defensoria Pública, sensível à proposta, nos contemplou completamente, assim retirei meu projeto, sabendo que a iniciativa já atende a população”, justificou o parlamentar.



Política facilita acesso à Justiça

Com escoliose grave progressiva, desde a infância, Liene Osório da Conceição, 36 anos, luta há mais de seis meses por uma cadeira de rodas motorizada. O equipamento, que custa R\$ 6 mil, ajudaria a retardar a progressão rápida da doença, que já tomou espaço no coração e nos pulmões, causa dores terríveis e dificulta a cada dia a sobrevivência de Liene. A busca pelo direito teve início com o trabalho da Defensoria Pública e prossegue nos corredores da Justiça.

Para ela, a prioridade no atendimento pode dar celeridade aos trâmites judiciais, e, mais que isso, garantir que um direito pleiteado chegue a tempo de atender às necessidades da população. “Será algo bom para as pessoas que têm real necessidade, já que alguns ficam piores por falta de medicação, prótese ou cadeira de rodas. Porque somente assim o sofrimento vem a diminuir e o tratamento chegará em tempo de preservar vidas e garantir qualidade a estas pessoas”, disse.

Pedro Kemp apoia ato em defesa e promoção do ensino público

Centenas de professores da rede pública de ensino de Mato Grosso do Sul lotaram o centro de Campo Grande, no dia 24 de abril, durante a mobilização em defesa e promoção da educação no país. A principal luta da categoria é pela implantação do Piso Salarial Nacional do Magistério, criado em 2008 pela lei federal 11.738, mas que ainda vem sendo desrespeitado por muitas prefeituras do Estado. A legislação traz mudanças importantes, pois prevê que nenhum educador no país ganhe menos de R\$ 950,00 por uma jornada de até 40 horas semanais, além de estabelecer que um terço da carga horária de trabalho dos professores seja destinado ao planejamento das aulas.

O deputado Pedro Kemp, membro da Comissão de Educação da Assembleia e educador por formação, percorreu junto com os professores as ruas centrais da ca-

pital em passeata. O deputado cobrou o cumprimento do piso nos municípios de Mato Grosso do Sul e destacou a organização e a força da categoria.



Deputado participou de ato público no centro de Campo Grande

LEGISLAÇÃO

PEC prevê licença-maternidade de 6 meses para servidoras



Maria Izabel: esperança de mais tempo para mães e bebês

Pelo menos 14 estados brasileiros e o Distrito Federal já garantem às funcionárias públicas estaduais o direito à licença-maternidade de seis meses. A proposta, que é uma recomendação da Sociedade Brasileira de Pediatria, também deverá chegar, a partir de 2010, à iniciativa privada, com o

Programa Empresa Cidadã, do governo federal, que estimula os empresários, por meio de incentivos fiscais, a ampliarem o período de convivência da mãe com seu bebê. Em Mato Grosso do Sul, Proposta de Emenda à Constituição (PEC), de autoria do deputado Pedro Kemp, também estabelece a dilatação do prazo para 180 dias.

Servidora da rede estadual de ensino, a professora Maria Izabel Alves, 33 anos, acabou de dar a luz às gêmeas Maria Clara e Maria Eduarda. Ela vê com esperança a iniciativa, que pode garantir às mães o direito de um período mais longo de convivência com os filhos, que tanto necessitam de cuidados e carinho. “Quando voltar a trabalhar, elas ainda estarão muito pequeninas. Como poderei manter a amamentação, já que a cada duas horas tenho que alimentá-las?”, questionou. “Espero que, se eu

não conseguir ter esse direito, outras mães possam”, enfatizou.

Pela PEC, apresentada em março, as mães adotivas também terão direito à licença-maternidade de seis meses.

O deputado Pedro Kemp enfatiza a importância da ampliação do benefício. “É uma política preventiva de saúde, pois amplia o período de aleitamento materno. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a criança alimentada pela mãe até seis meses de idade tem o seu sistema imunológico fortalecido”.

Para aprovar a PEC são necessários 2/3 dos votos dos deputados. Pedro Kemp lembra que embora a legislação federal tenha possibilitado aos Estados a prorrogação da licença, Mato Grosso do Sul ainda não editou lei prevendo o benefício. Estados como RS, SE, SP, AP, RO, PI, CE, RN, PE, AL e ES já aderiram à proposta.

“De acordo com o Projeto, as mães adotivas também terão direito à licença-maternidade de seis meses”

Ministério Público Estadual vai atuar contra trotes ao 190

De janeiro a abril deste ano, o CIOPS (Centro Integrado de Operações Policiais), responsável por atender os chamados para os números 190 (Polícia Militar) e 193 (Corpo de Bombeiros), já recebeu um total de 57.358 ligações falsas. O número é alto e a atitude prejudica o trabalho das polícias e dos bombeiros, que muitas vezes chegam a se deslocar para uma ocorrência que não existe. Provocado pelo deputado Pedro Kemp, o Ministério Público Estadual passou, a partir de maio, a atuar contra os trotes em Mato Grosso do Sul.

Em documento enviado ao Ministério Público, o parlamentar havia sugerido que o órgão trabalhasse em parceria com as operadoras de telefonia a fim de diminuir o número de falsas chamadas. Kemp solicitou, na ocasião, que o MPE determinasse às concessionárias de telefonia que alertassem os titulares das linhas de onde partem os trotes que essa conduta é crime, tipificado pelo art. 266 do Código Penal Brasileiro.

Após a sugestão, o procurador-Geral de Justiça, Miguel Vieira da Silva, determinou às promotorias

de Justiça que esclareçam as comunidades e incluam a discussão na pauta da reunião do órgão com a população. “Visando a inclusão de tal item na pauta de reuniões das Promotorias de Justiça com as comunidades, especialmente para conscientização dos pais na orientação dos filhos menores, que se dão a esta prática, prejudicando o necessário atendimento”, ressaltou o coordenador das Promotorias de Justiça Criminais, Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

O Ministério Público pretende ainda divulgar amplamente à socie-

dade que os números telefônicos de onde partem falsas chamadas podem ser identificados pelas operadoras de telefonia e que a conduta é crime, resultando em responsabilização criminal dos titulares.



MOBILIZAÇÃO

Projeto incentiva doação de medicamentos pela população

É comum as famílias terem em casa, na caixa de medicamentos, remédios que foram utilizados para tratamento de doenças, mas consumidos apenas pela metade. Lá estão guardados cartelas de um antibiótico ou ainda um frasco quase cheio de algum xarope, que terão como finalidade, após vencidos, a lata do lixo. Esses produtos, no entanto, poderão tratar outros doentes, ajudar a reduzir o desperdício e contribuir para a boa utilização dos recursos públicos. Isso porque está tramitando na Assembleia Legislativa projeto de lei que incentiva a doação de medicamentos pela população.

A proposta é de autoria do deputado estadual Pedro

Kemp e estabelece que a Secretaria Estadual de Saúde irá incentivar, por meio de campanhas, as doações de medicamentos. Pelo projeto, poderão contribuir as pessoas físicas, assim como clínicas médicas ou consultórios. O produto, no entanto, deve estar no prazo de validade e em per-



feitas condições de uso. A própria rede pública de saúde poderá fazer a arrecadação, separação e distribuição dos medicamentos doados.

O parlamentar justifica que o projeto, além de contribuir para reduzir o desperdício, se torna uma garantia para as famílias. “A existência de postos de coletas seria uma opção dada à população para evitar que as sobras de remédios permaneçam nos fundos das gavetas e em armários nas residências, sendo, inclusive, uma ameaça constante para as crianças ou ainda parando no lixo por falta de alternativa mais racional de utilização das sobras dos medicamentos”, enfatizou Pedro Kemp na proposta.

Encontro debate saúde mental e redução de danos

O mandato participativo realizou no dia 22 de maio, em parceria com a Associação Águia Morena, o debate: Atendimento em saúde mental pela rede pública e política de redução de danos.

O encontro contou com a participação do consultor técnico do programa de Saúde Mental do Ministério da Saúde e presidente da Associação Brasileira de Redução de Danos, Domiciano Siqueira, e também dos secretários estadual e municipal de Saúde, Beatriz Dobashi e Luiz Henrique Mandeta, respectivamente, além de entidades que atuam na área.

Pedro Kemp participa de Campanha da Fraternidade

O Mandado do deputado estadual Pedro Kemp está participando ativamente da Campanha da Fraternidade 2009. Já foram realizadas pelo menos 10 palestras, em diversas comunidades católicas, enfatizando a importância do tema deste ano: Fraternidade e Segurança Pública. Os participantes das palestras são conscientizados quanto ao lema da Campanha, “A paz é fruto da Justiça”, que abrange assuntos relacionados à segurança, ao aumento da violência nos presídios, em casa e nas escolas, além da violência no trânsito.

Deputado cobra ação do Poder Público na saúde

Motivado pelo alerta do CRM-MS (Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso do Sul), que, em vistoria aos três maiores hospitais de Campo Grande, detectou sérios problemas e piora no quadro de atendimento à população, o deputado estadual Pedro Kemp cobrou na Assembleia Legislativa a atuação do Poder Público para normalizar o atendimento em saúde, principalmente na Santa Casa de Campo Grande.

De acordo com Kemp, a situação da instituição é uma das mais dramáticas. No maior hospital de Mato Grosso do Sul, as cirurgias eletivas ficaram suspensas por muito tempo e há fal-

ta de leitos nas UTIs. Conforme o CRM-MS, até o dia 02 de junho faltavam 29 vagas em Unidades de Terapia Intensiva, sendo 16 na Santa Casa e 13 no Hospital Regional. “Essa nota alerta para o problema que estamos vivendo. Diz que a situação na Santa Casa piorou depois da intervenção do Poder

Público. Hoje a dívida não só permanece como aumentou, alguns equipamentos estão desativados ou obsoletos, as reformas ficaram por fazer e os pacientes estão esperando atendimento”, comentou.

O parlamentar relatou a situação de alguns pacientes que aguardaram dias para realizar cirurgias. “Uma senhora idosa ficou mais de 15 dias com o pé quebrado, esperando para ser operada. É uma cidadã”, enfatizou, cobrando prioridade do governo do Estado e da prefeitura de Campo Grande para o atendimento em saúde. “Não podemos ficar insensíveis a esta situação”, concluiu.





Deputado Pedro Kemp e famílias foram ao MPE pedir providências



Parentes de Linkon acompanharam o arquivamento do projeto na Assembleia

Famílias continuam luta por vacina contra meningite bacteriana

A luta de famílias sul-mato-grossenses para garantir na rede pública de saúde a vacina contra meningite bacteriana chega ao Ministério Público Estadual (MPE).

No mês passado, um grupo de pessoas, que perderam parentes vítimas da doença, e o deputado Pedro Kemp, autor do projeto de lei que previa o benefício em âmbito estadual (veja box), estiveram reunidos com a promotora de justiça da Cidadania, Sara Francisco da Silva.

No encontro, eles defenderam que o Estado garanta à população, mediante prescrição médica, a vacina contra meningite bacteriana dos tipos meningocócica e pneu-

mocócica, duas formas graves da doença.

Após o encontro e a partir da representação encaminhada pelo deputado Kemp ao MPE, a promotora decidiu abrir inquérito civil para estudar uma possível ação contra o Estado, no sentido de garantir o acesso gratuito ao medicamento, atualmente comercializado apenas nas clínicas particulares, ao custo de R\$ 284, a vacina contra a meningite pneumocócica, e R\$ 140 contra a meningocócica. “Hoje, famílias

com dinheiro podem vacinar seus filhos e as que não têm ficam sem este direito”, disse o avô de Linkon, Joventino Cardoso Andrade.

Linkon morreu no ano passado em decorrência da meningite bacteriana. Seus pais e parentes iniciaram, então, juntamente com outras famílias, uma campanha pela vacinação gratuita em Mato Grosso do Sul. Em apoio ao projeto do deputado Pedro Kemp, foram recolhidas mais de 20 mil assinatu-

ras no Estado. No entanto, após aprovada pela Assembleia Legislativa no ano passado, a proposta recebeu um duro golpe: foi vetada pelo governador André Puccinelli. O veto foi mantido no início de maio pelos deputados estaduais, sepultando a iniciativa no legislativo estadual (veja box).

Mais mortes

Este ano, foram registradas mais duas mortes em decorrência da meningite bacteriana em Campo Grande, dentre elas a do menino Wilker da Silva Marciano, de 2 anos. Em 2008, além de Linkon, faleceu também Luís Gustavo, de 5 anos.

“A promotora Sara Francisco da Silva decidiu abrir inquérito civil para estudar uma possível ação contra o Estado, no sentido de garantir o acesso gratuito ao medicamento.”

Governo do Estado veta e proposta é arquivada

Os deputados estaduais mantiveram o veto do governador André Puccinelli à lei do deputado Pedro Kemp que previa a vacinação gratuita contra meningite bacteriana em Mato Grosso do Sul.

Para reverter a decisão do Executivo Estadual eram necessários 13 votos. No entanto,

somente oito deputados votaram a favor do projeto de lei, que era uma reivindicação popular.

Ao defender a proposta, o autor, deputado Pedro Kemp, lembrou que a intenção não é realizar uma vacinação em massa das crianças, como argumentou o governo na justificativa do veto, mas garantir que todos possam ter acesso ao

medicamento. “O que nós queremos é que as pessoas pobres, que não têm condições de pagar esses valores, possam vacinar seus filhos, assim como as ricas, mas sempre por meio de prescrição médica. É isso que diz o projeto”, explicou.

O governador enfatizou, no veto, que a medicação não garante cobertura total contra a doença e

sua inclusão no calendário nacional de vacinação vem sendo estudada pelo Ministério da Saúde.

No entanto, entidades médicas como a Sociedade Brasileira de Pediatria recomendam a vacinação, que é amplamente prescrita durante as consultas particulares.





Pedro Kemp percorre municípios

No primeiro semestre de 2009, o mandato participativo do deputado Pedro Kemp realizou cerca de 20 agendas em pelo menos 11 cidades do interior do Estado. Em Naviraí, o parlamentar fez palestra sobre Direitos Humanos durante aula magna do curso de direito da UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul). Na cidade de Caarapó, participou

da sessão solene comemorativa ao Dia Internacional da Mulher, 08 de março. Também em ato pela data, Kemp esteve em Maracaju, no dia 07 de março, falando sobre Direitos das Mulheres.

Já no dia 11 do mesmo mês, em São Gabriel, detalhou projeto, de sua autoria, sobre a licença-maternidade de seis meses para servidoras estaduais.

O deputado também participou de entrega de emendas parlamentares, debates nos diretórios municipais do PT, encontro de professores e palestras em universidades, além de atividades realizadas por comunidades indígenas e do movimento negro. Abaixo estão todos os municípios visitados pelo parlamentar e as ações do mandato nessas cidades.

Data	Município	Atividade
19/02	Naviraí	Aula Magna para estudantes do curso de Direito da UEMS sobre a importância dos Direitos Humanos na formação do bacharel, na perspectiva humanista.
06/03	Caarapó	Em parceria com o mandato do vereador Pontinha (PT), Kemp participou da Sessão Solene comemorativa ao Dia 08 de Março.
07/03	Maracaju	Ato proposto pela Prefeitura Municipal comemorativo ao Dia Internacional das Mulheres.
11/03	São Gabriel do Oeste	Sessão, proposta pelo vereador Marcos Paz (PT), para debater projeto sobre ampliação da licença-maternidade para servidoras públicas.
13/03	Dourados	Palestra no Encontro de Capacitação dos Vereadores Indígenas, proposto pela UCDB.
23/03	Dourados	Debate com professores e acadêmicos da UFGD sobre direitos das mulheres e precarização do trabalho.
23/03	Dourados	Palestra na Escola Estadual Pastor Daniel Berg sobre a Lei Maria da Penha
03/04	Caarapó	Entrega de emenda parlamentar, no valor de R\$ 50 mil, para reforma do Posto de Saúde da Vila Planalto.
29/04	Anastácio	Reunião com o Diretório Municipal do PT.
01/05	Anastácio	Visita à Festa da Farinha.
03/05	Maracaju	Visita à Festa da Linguíça.
15/05	Maracaju	Palestra na 1ª Conferência do Movimento Negro de Maracaju.
29/05	Aquidauana	Seminário Regional do PT.
29/05	Dois Irmãos do Buriti	Confraternização dos Trabalhadores em Educação do município.
05/06	Juti	Participação na Aty Guassu (grande assembleia da etnia Guarani Kaiowá), realizada na aldeia Taquara.
05/06	Itaquiraí	Palestra organizada pela prefeitura municipal sobre prevenção ao uso de drogas.
05/06	Naviraí	Reunião do Diretório Municipal do PT.
05/06	Nova Alvorada do Sul	Festa Junina das Escolas Municipais de Nova Alvorada do Sul.
19/06	Dourados	Assembleia Estadual da Habitação da Agricultura Familiar, promovida pela FAF (Federação da Agricultura Familiar).
26/06	Dourados	Seminário Regional do PT.

PT reafirma candidatura ao Governo do Estado

Num encontro histórico em Dourados, o Partido dos Trabalhadores reuniu a militância, deputados estaduais e federais, o senador Delcídio do Amaral e o ex-governador Zeca do PT. A agenda selou um longo processo de discussão interna e demonstrou que o partido está unido em torno de um só objetivo: a defesa de um projeto de governo para Mato Grosso do Sul, voltado para o social, o desenvolvimento do Estado e a busca por mais justiça e qualidade de vida para os sul-mato-grossenses. A uma só voz, militantes e lideranças do partido defenderam a candidatura de Zeca do PT ao governo e afastaram qualquer possibilidade de coligação com o PMDB.

Gilberto Barreto



www.pedrokemp.com.br
 Expediente: O boletim do **Mandato Participativo Pedro Kemp Deputado Estadual - PT** é uma publicação de prestação de contas. Jornalista Responsável: Josi Macedo DRT/CE 01595JP. Redação: Josi Macedo. Produção: Íris Comunicação e Arte. Fotos: Egon Heck, Liu Nakamura, arquivo Pedro Kemp, arquivo Íris. Editoração eletrônica: Wilmara Rios. Impressão: Diogo Gráfica e Editora. Endereço: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, Parque dos Poderes, Bloco 09, Campo Grande. Fones: (67) 3326.4245 - 3389.6204/6340/6268. Email: pedrokemp@hotmail.com